

A ESPACIALIZAÇÃO DAS JORNADAS UNIVERSITÁRIAS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL EM 2019

Lara Dalperio Buscioli

lara.dalperio@gmail.com

Doutoranda em Geografia

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp.

INTRODUÇÃO

Este trabalho remete a apresentação realizada para a V Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária “Questão Agrária, Educação do Campo e Soberania Alimentar no Governo Bolsonar” da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) em Presidente Prudente no estado de São Paulo (SP), realizada no dia 30 de setembro no Canal do Youtube da Rede DATALUTA. O evento teve a participação dos debatedores Zelitro Luz da Silva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da professora e pesquisadora mestre Franciele Valadão, do professor doutor Bernardo Mançano Fernandes (UNESP) e da referida autora como mediadora também.

O objetivo da V JURA foi realizar um debate com a sociedade, na perspectiva crítica do governo Bolsonaro, buscando apresentar discussões sobre a realidade brasileira via educação do campo por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a produção do campesinato e construção do conceito de soberania alimentar em relação a conjuntura agrária de conflitualidades envoltas em diferentes territórios de modo específico na construção coletiva do MST e pensarmos caminhos futuros possíveis dentro do enfrentamento.

Compreendemos as JURAS como ação política dos movimentos socioterritoriais e, particularmente como construção política do MST que buscam contribuir e elucidar temáticas importantes para a compreensão conjuntural da questão agrária no Brasil e realizar uma aproximação dos sujeitos acadêmicos com a luta e modo de vida dos sujeitos do campo, que também estão na academia, evidenciando um enfrentamento nos territórios materiais e imateriais educacionais.

Deste modo, para este trabalho analítico, serão apresentados os debates realizados acerca da importância da realização das JURAS no Brasil e sua espacialização no ano de 2019, buscando compreendermos as formas de ações e temáticas realizadas nos eventos, na construção política do debate da reforma agrária dentro dos territórios educacionais historicamente elitizados, via Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA).

AS JURAS EM 2019 E A ANÁLISE CONJUNTURAL DAS TEMÁTICAS E ATIVIDADES REALIZADAS

O surgimento da JURA dentro do contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e das universidades e institutos, ocorre por meio dos primeiros debates e questões que foram colocadas para a sua construção em 2013, a partir do II Encontro Nacional dos Professores Universitários com o MST, deliberando por meio do apoio que o Movimento teria dentro dos Institutos/Universidades/Centros de Ensino a sua realização, sendo um instrumento de luta e resistência nestes espaços.

Assim, as atividades das JURAs teriam como foco analítico lembrar as ações realizadas no Abril Vermelho, pensando na construção coletiva e política do evento, levando as demandas das temáticas da reforma agrária e dos movimentos socioterritoriais do campo dentro dos espaços educativos formais, ou seja, ocupando novos espaços outrora negados simbolicamente aos sujeitos do campo.

A partir de uma estrutura organizativa temos, ano a ano pós 2013, as normativas de realização das JURAs no Brasil, ou seja, as ações que devem ser realizadas para qualificação do evento e consequentemente da luta dos movimentos socioterritoriais na ocupação destes espaços, na forma de organização e trabalho, tais como:

- 1) Os dias de vivência – que dá a oportunidade para as pessoas que estão participando das JURAs conhecerem os acampamentos, os assentamentos, as escolas do campo, as aldeias indígenas e os quilombos etc. Ou seja, outros espaços que não estão dentro do contexto universitário;
- 2) As feiras da Reforma Agrária – criando e aproximando os produtores de alimentos, geralmente de base orgânica e agroecológica, com os consumidores sendo estes educadores e educando, mostrando que a produção e comercialização dos camponeses dá certo e é uma ação concreta;
- 3) Realização de atividades culturais, trazendo a partir da ludicidade a aproximação da temática da questão agrária no Brasil e no mundo, para as pessoas participantes do evento;
- 4) A construção de barracos de lona preta, simbolizando os acampados da reforma agrária, colocando e modificando a paisagem no espaço educacional formal, caracterizando a materialização da luta, suas conflitualidades e dificuldades cotidianas;
- 5) A montagem de Bancas de exposições/lançamentos/vendas para que expostas os trabalhos realizados com a temática da reforma agrária no meio acadêmico ou cultural.
- 6) Contribuição para a academia na perspectiva da construção de bancos de dados e informações sobre a questão da reforma agrária no Brasil;

Neste sentido as Juras configuram uma ação política, representando o debate da reforma agrária e educação do campo, que são elementos essenciais para pensarmos nas conjunturas políticas e nos espaços elitizados das Universidades/Institutos/Centros e a reforma agrária no contexto estudantil. São ações de resistência frente aos discursos contra os movimentos socioterritoriais e suas lutas nos espaços formais estudantis, priorizando o debate nas formas de desenvolvimento e nas políticas colocando a centralidade no campesinato.

Nas palavras do Movimento: “

Neste sentido, o MST convoca as Universidade e outras instituições de ensino públicas e privadas parceiras a propor atividades que tragam a memória das pessoas que foram assassinadas e das pessoas violentadas cotidianamente. O objetivo é criar coletivamente momentos que levem às discussões em torno da Reforma Agrária junto à grupos de pesquisas, núcleos de ensino, pesquisadores e outros sujeitos (MST, 2019a, p. [1]).

Ou seja, as JURAs representam espaços de socialização política dentro das universidades em favor da reforma agrária, no fortalecimento da luta pela educação pública no Brasil, conforme apontou vice-reitor da Universidade Estadual do Ceará (UECE) - Hidelbrando dos Santos para Oliveira (2019):

“Precisamos de fato estreitar as relações entre as organizações populares e a academia. As universidades precisam de um choque de democracia para entender quem são seus aliados e despertar dentro da comunidade acadêmica a vontade de construção de um novo projeto de país, com a educação como um bem público”, afirmou (Hidelbrando em entrevista a OLIVEIRA, 2019, p. 1).

Este novo projeto de educação do país perpassa pela análise das formas de desenvolvimento no campo brasileiro e os paradigmas que envolvem a educação do campo, como propõe Camacho (2013; 2017), pensarmos a partir de uma perspectiva emancipadora, vinculando o processo educacional por meio dos seus objetivos e conteúdos, instrumentalizando os sujeitos para obter conhecimentos que permitam e legitimam a luta contra o capital, pois não há como conceber este tipo de educação na lógica do agronegócio.

Com isso, dentro da análise das configurações das JURAs em 2019, apresentamos na figura 1, um compilado de cartazes/folders de apresentação dos eventos que representam um processo de construção política, territorialização e avanço da sua consolidação nestes diferentes territórios elitizados, na perspectiva de pensarmos a educação e reforma agrária fora da lógica capitalista, iniciando com o processo de produção na conjuntura identitária do campesinato.

Figura 1: Painel fotográfico das JURAs em 2019



Fonte: DATALUTA JURA, 2019. Org. BUSCIOLI, 2020.

Podemos observar, num panorama geral, a diversidade das JURAs compondo um quadro popular de luta, em que a centralidade da questão territorial está colocada na lógica dos territórios agroecológicos, do processo alimentar, da luta/resistência por meio das conflitualidades e da questão educacional, fazendo presente nos cartazes e nomes das JURAs escolhidos pelas diferentes organizações tanto Universidade/Instituto/Centro como os Movimentos.

Em relação a isso, podemos citar como exemplos: a VI Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária da Universidade Federal da Bahia intitulada “Lutar, construir Reforma Agrária Popular! ‘Ninguém solta a mão de ninguém’ - Ninguém solta a mão de ninguém”; as JURAS de Minas Gerais composta pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Universidade Federal de Lavra, Universidade Federal de Alfenas e Universidade Federal de Itajubá, com o tema “Semear a Terra. Alimentar a Educação. Construir a Emancipação”; e a VI JURA da Universidade de Brasília denominada “Elizabeth Teixeira” (DATALUTA, 2019), que foi companheira de João Pedro Teixeira assassinado por jagunços na década de 1960 devido a militância das Ligas Camponesas e fundação da Liga de Sapé na Paraíba (RAVENA, 2017).

Com isso, podemos analisar que estas configurações estão aliadas as questões dos direitos humanos, da educação do campo, da reforma agrária via povos tradicionais, do meio ambiente e seus impactos pela mineração e pelo agronegócio, bem como na sua

reconstituição ambiental na perspectiva da sustentabilidade a partir das práticas agroecológicas, ou seja, representam um conjunto de temáticas via resistências.

Essas informações são evidenciadas ao observarmos o quadro 1, que apresenta o panorama dessas temáticas realizadas em âmbito nacional das JURAS em 2019.

Quadro 1: Tipologias de Temáticas das JURAs no Brasil em 2019
Agrotóxicos
Conflitos agrários
Direitos
Feminismo
Gênero e diversidade
Movimentos sociais
Políticas e desenvolvimento
Questão agrária
Questão alimentar e produtiva
Questão ambiental
Questão educacional
Questão urbana
Reforma agrária
Saúde
Terra/Território
Outros

Fonte: DATALUTA, 2020. Org. Buscioli, 2020

Dentre as tipologias de temáticas, sistematizadas para melhor compreensão do estudo, identificamos 16 tipologias que compõem um quadro analítico de luta política-ideológica dos movimentos socioterritoriais dentro dos espaços educacionais formais, tais como: questão agrária que envolvem a questão alimentar/produtiva/educacional, questão de saúde, questão urbana pensando os problemas urbanos em consonância com o rural e na agricultura urbana, nas questões de gênero/feminismo, nos impactos do agrotóxicos, nas lutas por políticas públicas no campo, na criminalização dos sujeitos do campo, nas questões de direitos humanos etc. Que se estabelecem a partir da análise territorial da luta dos movimentos socioterritoriais como objetivo de debate para construir essa reforma agrária popular e ocupar estes espaços.

Estas tipologias representam um conjunto de conflitualidades estabelecidas dentro da análise paradigmática e de desenvolvimento territorial para o campo brasileiro, compondo o Paradigma da Questão Agrária aliado (PQA) ao Modelo de Desenvolvimento do Campesinato (MDC) e o Paradigmas do Capitalismo Agrária (PCA) com o Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio (MDA) (BUSCIOLI, 2016; CAMACHO, 2014; FERNANDES; WELCH, 2018; CAMPOS, 2012, FELICIO, 2011).

O PCA parte da tendência da agricultura familiar e do agronegócio, subalternizando e integrando o campesinato ao sistema produtivo (tecnificado e mecanizado) do capital, não havendo uma questão agrária a ser debatida, bem como a solução dos problemas gerados por seus processos e pelo sistema podem ser resolvidos dentro do capitalismo por meio de políticas que integrem o campesinato/agricultor familiar. E o PQA a lógica norteadora é completamente diferente, pois o campesinato se recria no interior do capitalismo e nas suas contradições, buscando formas alternativas de sobrevivência frente aos impactos socioterritoriais em seus territórios construindo um novo modelo de desenvolvimento (FERNANDES, 2005; FELICIO, 2011; CAMPOS, 2012; BUSCIOLI, 2016).

O MDA parte a produção de monocultura em grande escala, utilizando-se do campesinato como força de trabalho para sua reprodução. E o MDC se difere do agronegócio pela essência do trabalho familiar, pela diversidade de culturas, produção saudável e pela lógica de mercado com produção em pequena escala (FERNANDES; WELCH, 2008), ou seja, contrapõem modos de vida e de trabalho com e no território.

Camacho (2014; 2017) aponta que numa perspectiva neoliberal os projetos de educação que envolvem o PCA e o MDA não são compatíveis com o do PQA e o MDC, pois partem de lógicas distintas de se conceber a educação, pois o primeiro parte da perspectiva de integração dos educandos ao mercado capitalista e o segundo de uma educação que gera liberação e autonomia aos educandos.

Assim, as temáticas abordadas nas JURAs estão contidas dentro do debate do PQA, pois apresentam perspectivas emancipatórias e modificadoras da realidade agrária brasileira, buscando uma nova forma de sociedade desde o processo de produção, comercialização e circulação das mercadorias, da formação política dos educandos e da crítica aos impactos do agronegócio em seus territórios.

Neste sentido, compreendemos a importância da realização das JURAs nos espaços universitários, nos centros de ensinos e institutos, para que o projeto de desenvolvimento do campo, via perspectiva do campesinato seja territorializado no âmbito material e imaterial, sendo as ações materializadas nas JURAs um exemplo do processo de resistência para esta territorialização.

Com isso, estas temáticas estão em consonância com as atividades realizadas dentro das JURAS de 2019, evidenciadas no quadro 2 que apresenta detalhadamente as ações executadas nos eventos.

Quadro 2: Tipologias de Atividades das JURAs no Brasil em 2019	
Abraço coletivo	Homenagem
Apresentações de trabalhos	Lançamentos
Aula	Meditação
Bancas de livros	Mesas
Celebração ecumênica	Museu
Cine debate	Mutirão agroflorestal
Ciranda	Palestras
Conferências	Plantão jurídico
Cursos	Plantio
Debates	Plenárias
Defesas de trabalhos acadêmicos	Seminários
Exposição	Trabalhos de campo
Feiras	
Fonte: DATALUTA, 2019. Org. Buscioli, 2020	

Foram realizadas 27 tipos de atividades tais como: Defesas de trabalhos acadêmicos como teses dissertações e trabalhos de conclusão de cursos de especialização em educação; Atividades Culturais como mística, cinema, sarau e dança/teatro; Cine debate com exibição de documentários; Trabalhos de campo como dia de vivência em acampamento, aldeia indígena e assentamento; Feiras na perspectiva de comercialização dos produtos orgânicos, agroecológicos e artesanais; Lançamentos de livros; Cursos como oficinas e minicursos; Exposição de artesanato, fotos e pôsteres; Mutirão agroflorestal com plantio de mudas; Homenagens a militantes e sacerdotes; ciranda; Abraço Coletivo; Plantão jurídico e ações como Meditação dentre outras (DATALUTA, 2019).

A exemplo destas ações podemos destacar as JURAs coletivas realizadas no estado de Santa Catarina organizadas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), que buscou realizar suas atividades como feiras (figura 2), oficinas, exposição de produtos e fotos, atividades culturais e mesas de debate, buscando colocar o papel da mulher na produção de alimentos

agroecológicos como evidentes, bem como nas temáticas educacionais e indígenas apresentadas nas mesas e outras atividades (MST, 2019b).

A figura 2, apresenta a comercialização dos produtos na execução da atividade de feira na JURA Santa Catarina em 2019, com destaque para a participação das mulheres.

Figura 2: Protagonismo feminino na Feira da JURA Santa Catarina em 2019



Fonte: MST, 2019b

Além da participação feminina na JURAs de 2019, podemos destacar a atuação dos sem terrinhas nas JURAs do Ceará no encerramento ocorrido na da Universidade Estadual do Ceará (UECE), conforme podemos observar na figura 3. Esta JURA foi composta pelas Universidade Federal do Ceará, Universidade Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Institutos Federais do Ceará e Universidade Regional do Cariri (URCA) além UECE (OLIVEIRA, 2019).

Figura 3: Sem Terrinhas participando da JURA Ceará em 2019



OLIVEIRA, 2019

Segundo Oliveira (2019) as atividades das quais os Sem Terrinhas realizaram tinham como objetivo, apresentar suas experiências na participação no 1º Encontro Nacional dos Sem Terrinha em Brasília no ano de 2018, bem como na apresentação da importância da representatividade de ser uma criança sem terra, permitindo a criação e afirmação da identidade camponesa por parte delas.

Desta forma, fica evidente o caráter afirmativo da identidade camponesa nas JURAs vindo tanto de camponeses assentados como de acampados, ou outros sujeitos do campo, que refletem em suas formas de lutas e resistência no território agrário brasileiro suas diferentes territorialidades – formas de viver e usar o território – influenciadas no espaço educacional formal.

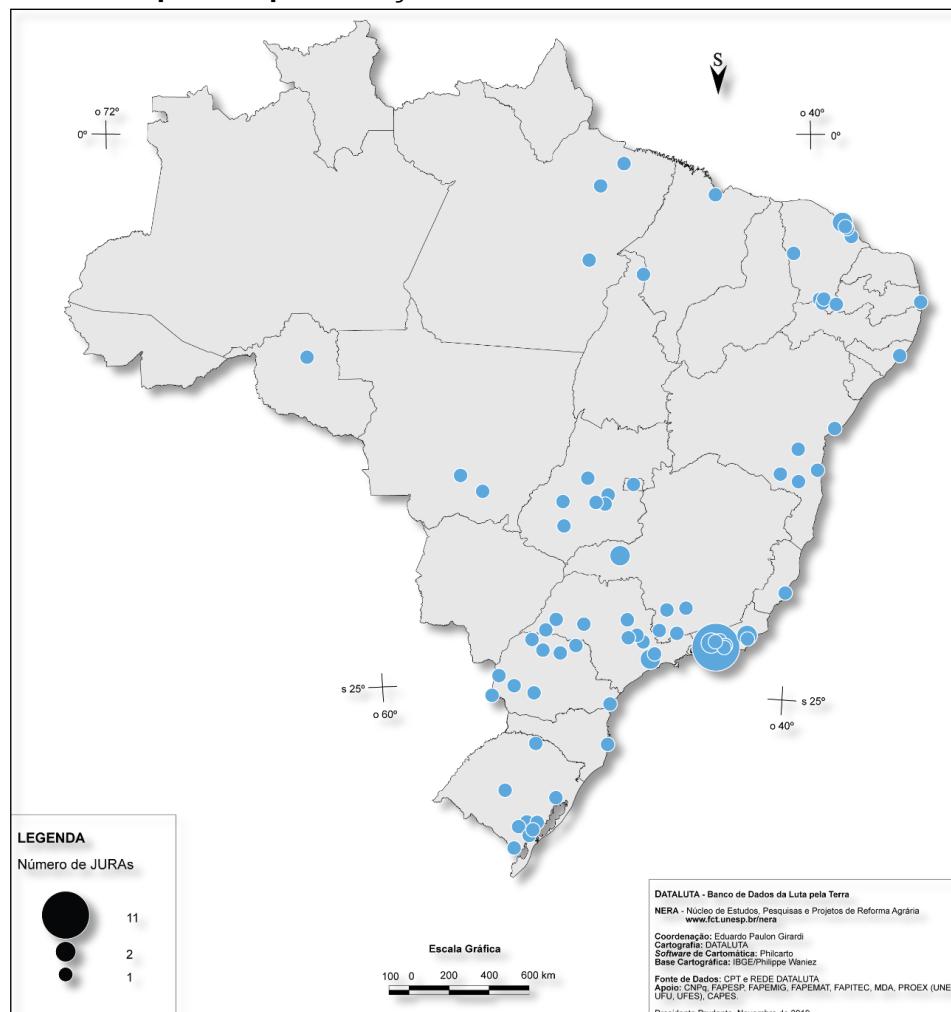
Em relação aos movimentos socioterritoriais, movimentos socioespaciais e instituições, destacamos estas diversidades que compõem as identidades dos que contribuíram na organização as JURAs ou participações em suas atividades, como mesa, atividades culturais, vendas e feiras. Podemos citar, além MST, os Movimentos Indígenas, os Movimentos Quilombolas, os Movimentos dos Ribeirinhos; o Movimento dos Pequenos Agricultores; a Comissão Pastoral da Terra, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura; Federação Estadual de Comunidades Quilombolas; Via Campesina; Movimento dos artistas de rua de Londrina; Cáritas; Grupo Teatral Circo da Palavra; Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares; Comitê Goiano de DH Dom Tomás Balduíno; Sindicato do Magistério Público Municipal de Cândido Sales; Levante Popular; Também ocorreu o registro de partidos políticos como PSOL e instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil e Ministérios Públicos (DATALUTA, 2019).

Em relação aos números da espacialização da JURA em 2019 apresentadas no mapa 1, via DATALUTA (2019), foram realizados 89 eventos em todas as macrorregiões

brasileiras compõndo um elemento importante de configuração territorial, com a participação de diversos institutos e universidades totalizando 56. Cabe ressaltar que apesar da diversidade territorial das JURAs os componentes estruturantes dentro dos espaços escolares formais ainda se configuram nas áreas de Ciências Humanas partindo principalmente da Geografia.

Em relação as Universidades Estaduais podemos citar a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade Estadual de Campinas, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual do Maranhão e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Já as Federais temos a Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Alfenas, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal da Bahia; e em relação aos institutos temos Instituto Federal Goiano, Instituto Federal do Pará, Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Instituto Federal de Mato Grosso etc. e a realização na Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé (DATALUTA, 2019).

Mapa 1: Espacialização das JURAs no Brasil em 2019



No panorama geral da espacialização das JURAS, podemos observar por meio do mapa 1, que ocorre uma maior concentração dos eventos no Centro-sul do Brasil, devido a um maior número de espaços escolares e maior articulação dos movimentos socioterritoriais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em relação macrorregião com maior numero de realização das Jornadas, destacamos a região Sudeste com a execução de 37 eventos, seguidos da região Sul com 19 realizações, Nordeste com diferença de um evento com 19 e o Centro-Oeste com 10 JURAs realizadas em seus municípios. A macrorregião Norte foi a que obteve o menor número de realização de Jornadas, com cinco, evidenciando ainda a necessidade de uma maior articulação dos movimentos e das universidades/institutos/centros nesta localidade.

Nas questões estaduais, damos ênfase na realização de 20 JURAs no Rio de Janeiro, número bem superior aos estados do Ceará e São Paulo que obtiveram segunda colocação com 10 de realização das JURAs em cada localidade, seguidos de Paraná e Rio Grande do Sul com nove cada, fatos que estão diretamente relacionados a organizações conjuntas das JURAs com diferentes universidades/centros/institutos e movimentos socioterritoriais fortalecendo assim, na espacialização e materialização dessa atividade no Brasil.

O professor Bastos em entrevistas a Oliveira (2019, p. [1]), resume toda a representatividade da espacialização destes eventos dentro das universidades/institutos/centros de ensino: “A jornada Universitária nos possibilita fincar o pé nessas instituições que historicamente foram espaços de uma elite, de uma classe média que pouco conversou com a classe trabalhadora, que no desenrolar dos anos e das pressões feitas pelos movimentos populares”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária representam hoje a ocupação de um espaço/território realizada pelos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil, para se pensar e debater as conflitualidades entre os diferentes territórios representados a partir das territorialidades dos sujeitos do campo e do agronegócio/agricultura capitalista, na busca da desconstrução das ideologias dominantes, abrindo um dialogo para a reforma agrária e a educação que estão relacionadas diretamente aos paradigmas e modelos de desenvolvimento para o campo – PQA, PCA, MDA e MDC.

Desta forma, observamos em 2019, um avanço no debate das JURAs realizadas em todas as macrorregiões brasileiras, mesmo diante de um Governo que se coloca contrário aos princípios debatidos nos eventos, contrários as ações de luta e resistências

dos movimentos socioterritoriais no campo, evidenciando assim, o caráter conflituoso e político que a execução das JURAs.

Apesar dos avanços ainda temos muitos desafios nas questões políticas das JURAs dentro das universidades/institutos/centros de ensino devido a repressão que ocorre na realização dos eventos, com denuncias e ataques no diálogo, bem como na execução das JURAs em regiões/estados onde o MST não está territorializado ou pelo menor número de universidades, como por exemplo, parte da Região Norte do Brasil, em que tivemos um pequeno índice de realizações das JURAs.

Outro desafio a ser avançado, é no pensar das realizações das JURAs nas universidades além Ciências Humanas, como Geografia, História e Ciências Sociais. Avançando na perspectiva do evento e do debate da reforma agrária nas áreas de saúde, por exemplo, que estão presentes quando debatemos a alimentação saudável da população mundial ou os impactos do agronegócio com a pulverização de agrotóxicos nos territórios rurais e nos trabalhadores do campo.

REFERÊNCIAS

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Ñanderu.** 443 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2016.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo.** 806 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A educação do campo em disputa:** resistência versus subalternidade ao capital. Educ. Soc. [online]. 2017, vol.38, n.140, pp.649-670. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v38n140/1678-4626-es-38-140-00649.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos Territórios Paradigmáticos da Geografia Agrária:** Análise dos Grupos de Pesquisa do Estado de São Paulo. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2012.

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela, 2019.

FELICIO, Jorge Munir. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário.** 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2005. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. **Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil.** In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **6ª JURA de SC reafirma a resistência e agroecologia na luta dos povos do campo.** MST, 27 de maio de 2019b. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/05/27/6a-jura-de-sc-reafirma-a-resistencia-e-agroecologia-na-luta-dos-povos-do-campo/>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **UNESP de Presidente Prudente realiza JURA em abril.** MST, 3 de abril de 2019^a. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/04/03/unesp-de-presidente-prudente-realiza-jura-em-abril/>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

OLIVEIRA, Aline. **No Ceará, participação das crianças Sem Terra encerra VI JURA.** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 9 de maio de 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/05/09/no-ceara-participacao-das-criancas-sem-terra-encerra-vi-jura/>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

RAVENA, Monyse. **"Eu continuo a luta", diz Elizabeth Teixeira, esposa de João Pedro Teixeira.** Brasil de Fato, 27 de Agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/08/27/eu-continuo-a-luta-diz-elizabeth-teixeira-esposa-de-joao-pedro-teixeira>>. Acesso em: 22 abr. 2020.